

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM FEIRA DE SANTANA – DPU/BA

Caderno de Questões

DIREITO

Data: 24/11/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, comunique para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta da prova objetiva e discursiva não serão substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. Será permitido retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de questões após 2 horas do início da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
*Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **25/11/2019**.
11. O prazo para interposição de recursos do gabarito provisório será somente no dia **26/11/2019**, através do modelo de formulário disposto no anexo III do edital, e deverá ser interposto através do e-mail processodpu.fsantana@ciee.org.br.
12. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. Serão elaboradas listas de classificação, em ordem decrescente de pontos obtidos.
14. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
15. O resultado definitivo será divulgado no dia **04/02/2020**, para os estudantes de nível superior, no sítio do CIEE na internet.
16. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período a critério da DPU-BA.
17. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.

Boa Prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Quanto à classificação da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que é

- (A) histórica, imutável, promulgada e sintética.
(B) dogmática, promulgada, rígida e analítica.
 (C) material, escrita, outorgada e sintética.
 (D) formal, outorgada, flexível e analítica.

2. O artigo 21, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, estabelece que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Sobre essa norma, é correto afirmar que

- (A) é uma norma de execução imediata.
 (B) é uma norma constitucional de organização, uma vez que organiza o exercício do poder político.
(C) faz parte de um rol de normas que, mais do que comandos-regras, explicitam comandos-valores.
 (D) é uma norma que possui como destinatário primacial os indivíduos, pois serão beneficiados pela ordenação estabelecida.

3. De acordo com o estabelecido no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, são invioláveis, EXCETO

- (A) o sigilo das comunicações telegráficas.
(B) a expressão da atividade intelectual.
 (C) a liberdade de crença.
 (D) a honra e a imagem das pessoas.

4. No que tange aos direitos políticos constitucionalmente estabelecidos, observe as seguintes afirmativas.

- I. O voto é obrigatório aos analfabetos.
 II. A idade mínima de quarenta anos é uma das condições de elegibilidade para Presidente da República.
 III. É vedada a cassação de direitos políticos.

Estão corretas:

- (A) I, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) I, II e III.
(D) III, apenas.

5. Sobre a organização do Estado, analise as seguintes proposições.

- I. É permitido à União, nas hipóteses e forma da lei, recusar fé aos documentos públicos.
 II. Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
 III. Compete, concorrentemente, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre registros públicos.

Estão corretas:

- (A) II, apenas.**
 (B) III, apenas.
 (C) I, II e III.
 (D) I e II, apenas.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

6. A República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelos seguintes princípios, EXCETO

- (A) Mínima intervenção.**
 (B) Defesa da paz.
 (C) Solução pacífica dos conflitos.
 (D) Concessão de asilo político.

7. Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ratificada pelo Brasil, analise as seguintes afirmativas.

- I. O direito à vida deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento.
 II. Ainda que um Estado tenha abolido a pena de morte, é possível seu restabelecimento por motivo altamente justificável.
 III. No que tange à integridade pessoal, os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais.

Estão corretas:

- (A) I, II e III.

- (B) I, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) I e II, apenas.

(D) Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

8. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se criança, a pessoa com até 11 anos de idade incompletos.
 (B) Nos casos expressos em lei, o ECA pode ser aplicado excepcionalmente às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.
 (C) É facultativa a vacinação das crianças, ainda que em casos de recomendação pelas autoridades sanitárias.
 (D) É defesa, por motivos de segurança, a convivência da criança e do adolescente com o pai privado da liberdade.

11. Acerca da organização da Defensoria Pública da União, analise as seguintes afirmativas.

- I. As Defensorias Públicas da União nos Estados são órgãos de execução.
 II. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União é um órgão do Conselho Superior.
 III. A Defensoria Público-Geral da União é um órgão de administração superior.

Estão corretas:

- (A) I, II e III, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) I, apenas.

9. Quanto aos direitos da pessoa idosa, observe as seguintes afirmativas.

- I. O direito à liberdade compreende a prática de esportes e de diversões.
 II. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
 III. É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos.

Estão corretas:

- (A) I, II e III.
 (B) III, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II, apenas.

12. De acordo com a Lei Complementar nº 80/94, são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União, EXCETO

- (A) ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais
 (B) manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.
 (C) atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença.
 (D) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

10. À luz da Lei Complementar nº 80/94, assinale a alternativa que apresente corretamente uma função institucional da Defensoria Pública.

- (A) Executar suas funções de modo a zelar por sua independência funcional.
 (B) Reduzir as desigualdades sociais.
 (C) Garantir os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

13. À luz da Lei Complementar nº 80/94, observe as seguintes proposições.

- I. Exercer a advocacia fora das atribuições institucionais, exceto se houver autorização expressa do Defensor Público-Geral na forma da lei.
 II. Participar de sociedade comercial, ainda que na qualidade de cotista ou acionista.

III. Exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à justiça eleitoral.

Constituem vedações aos membros da Defensoria Pública da União:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.**
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.

- (A) do Congresso Nacional e dos contribuintes / à saúde, à segurança e à previdência social
- (B) da Administração Pública direta, autárquica e fundacional / à previdência e assistencial social
- (C) dos Poderes Públicos e da sociedade / à saúde, à previdência e à assistência social.**
- (D) dos Poderes Públicos e dos trabalhadores / à saúde, segurança e assistência social

14. A respeito da Lei nº 1060/50, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, observe as seguintes afirmativas.

- I. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido de concessão de assistência judiciária, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.
- II. Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.
- III. Os benefícios de assistência judiciária são individuais e concedidos em cada caso ocorrente.

Estão corretas:

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.**

16. São princípios e diretrizes da seguridade social, EXCETO

- (A) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (B) universalidade da base de financiamento.**
- (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

17. No que tange ao salário-família, assinale a alternativa correta.

- (A) o salário-família não será devido ao doméstico.
- (B) o salário-família será pago bimestralmente de acordo com a comprovação da necessidade.
- (C) o salário-família será pago na proporção do número de filhos ou equiparados.**
- (D) a cota do salário-família será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

SEGURIDADE SOCIAL

15. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa

_____, destinadas a assegurar os direitos relativos

Assinale a alternativa que contenha os termos que completam devidamente as respectivas lacunas acima.

18. Quanto ao benefício de prestação continuada, analise as seguintes afirmativas.

- I. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- II. O benefício de prestação continuada não pode ser acumulado pelo

beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.

- III. A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

Estão corretas:

- (A) I e II, apenas.
 (B) III, apenas.
 (C) I, apenas.
 (D) I, II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Por meio desse princípio a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Trata-se do princípio de

- (A) Segurança jurídica.
 (B) Supremacia do interesse público.
 (C) Autotutela.
 (D) Razoabilidade.

20. De acordo com o poder _____, a Administração Pública pode organizar, estruturar e estabelecer relações de coordenação e subordinação entre seus órgãos e seus servidores.

Assinale a alternativa que apresente o poder que preenche adequadamente a lacuna acima.

- (A) Vinculado
 (B) Disciplinar
 (C) Discricionário
 (D) Hierárquico

21. Assinale a alternativa que apresente adequadamente os requisitos do ato administrativo.

- (A) Competência, legalidade, eficiência, forma e objeto.

- (B) Competência, finalidade, forma, objeto e motivo.
 (C) Capacidade, finalidade, efetividade, objeto e motivo.
 (D) Autoridade, legalidade, forma, eficiência e motivo.

22. Acerca da organização da Administração Pública, observe as seguintes afirmativas.

- I. Uma entidade pública possui capacidade de legislar e de se auto-organizar.
 II. Órgão público é uma unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
 III. As autarquias fazem parte da Administração Direta, tendo em vista executarem atividades típicas da Administração Pública.

Estão corretas:

- (A) I e III, apenas.
 (B) I, apenas.
 (C) II, apenas.
 (D) I, II e III.

DIREITO CIVIL

23. No que tange aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física.
 (B) A disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é proibida, ainda que com objetivo altruístico.
 (C) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
 (D) O pseudônimo, mesmo que adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.

24. A respeito do domicílio, conforme exposto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu aquela em que primeiro residiu.
- (B) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde exercer sua profissão com ânimo de permanência.
- (C) O domicílio da União é o prédio sede da Presidência da República.
- (D) O domicílio do marítimo é necessário e corresponde ao local onde o navio estiver matriculado.**

25. Quanto aos bens, à luz do Código Civil, observe as seguintes proposições.

- I. Os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- II. Para efeitos legais, o direito à sucessão aberta se considera bem imóvel.
- III. Um edifício destinado a serviço da administração federal é considerado bem público de uso especial.

Estão corretas:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.**

26. A respeito da doação, assinale a alternativa correta.

- (A) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade.
- (B) A doação será feita apenas por escritura pública.
- (C) É vedada a doação feita ao nascituro, ainda que aceita pelo seu representante legal.
- (D) É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.**

27. Sobre a união estável, à luz do Código Civil, analise as seguintes afirmativas.

- I. A união estável é configurada na convivência pública, contínua e duradoura, ainda que estabelecida sem o objetivo de constituição de família.
- II. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.
- III. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

Estão corretas:

- (A) III, apenas.**
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28. Acerca da capacidade processual, observe as seguintes proposições.

- I. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, ainda que casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- II. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação fundada em dívida contraída por um deles a bem da família.
- III. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz, sem suspender o processo, designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Estão corretas:

- (A) II, apenas.**
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.

29. No que concerne à gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) As despesas com a realização de exame DNA não são compreendidas pela gratuidade da justiça.
- (B) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.**
- (C) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais.
- (D) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.

30. No que diz respeito aos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado ao juiz e às partes, de comum acordo, fixarem calendário para a prática dos atos processuais.
- (B) A desistência da ação por quaisquer das partes só produzirá efeitos após homologação judicial.**
- (C) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 às 20 horas.
- (D) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer até às 20h do último dia do prazo.

31. No que tange às provas no processo civil, observe as seguintes afirmativas.

- I. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- II. É defesa, em qualquer hipótese, a distribuição diversa do ônus da prova por convenção das partes.
- III. Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, ainda assim dependem de prova, em virtude do princípio do devido processo legal.

Estão corretas:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.**
- (D) II e III, apenas.

DIREITO PENAL

32. No que diz respeito à aplicação da lei penal, analise as seguintes afirmativas.

- I. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- II. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- III. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão ou quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Estão corretas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.**
- (D) III, apenas.

33. Sobre o crime, à luz do Código Penal, analise as seguintes proposições.

- I. O crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma pela vontade do agente.
- II. Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- III. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Estão corretas:

- (A) II e III, apenas.**
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

34. No que tange às penas, assinale a alternativa correta.

- (A) No regime semiaberto, a execução da pena se dará em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

(B) No regime fechado, o trabalho externo do condenado é admissível em serviços ou obras públicas.

(C) A limitação de fins de semana e feriados constitui pena restritiva de direito.

(D) Ainda que sobrevenha ao condenado doença mental, não será suspensa a execução da pena de multa.

35. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, ocorre em

(A) 24 anos, se o máximo da pena é superior a 12.

(B) 12 anos, se o máximo da pena é superior a 4 e não excede a 8.

(C) 6 anos, se o máximo da pena é igual a 1 ano ou, sendo superior, não excede a 3.

(D) 2 anos, se o máximo da pena é inferior a 1 ano.

36. No que tange aos crimes contra a vida, assinale a alternativa correta.

(A) No homicídio simples, a pena é a reclusão de 6 a 18 anos.

(B) O homicídio será qualificado se o agente cometer o crime sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

(C) Induzir alguém a suicidar-se é crime com pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

(D) Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, constitui infanticídio com pena de detenção, de dois a seis anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

37. Por meio do princípio da _____, proíbe-se que a autoridade policial archive o inquérito e o Ministério Público desista da ação penal proposta ou do recurso interposto.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do princípio que preenche a lacuna acima:

(A) Imediatidade

(B) Instrumentalidade

(C) Indisponibilidade

(D) Vedação ao retrocesso

38. Se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, o inquérito policial deverá terminar no prazo de:

(A) 10 dias.

(B) 20 dias.

(C) 30 dias.

(D) 15 dias.

39. No que concerne à prisão em flagrante, observe as seguintes afirmativas.

I. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

II. A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante.

III. Em até 24 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.

Estão corretas:

(A) I, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II, apenas.

(D) I e III, apenas.

40. Da decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade, caberá

(A) Habeas data.

(B) Apelação.

(C) Embargos de revisão.

(D) Recurso em sentido estrito.